

CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE COOPERATIVA NO SETOR AGROINDÚSTRIAL¹

Bruna de Almeida Maciel; Claudia Wisoski; Tainá Maria Pereira²
Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi; Roberto Kemper; Frankimar Wilson Mazetto³

RESUMO

No Brasil, a região Sul se sobressai por conter os maiores produtores de suínos, e grandes agroindústrias, que são responsáveis por grande parte da economia do país. O objetivo do estudo foi constituir uma sociedade cooperativa no setor agroindustrial para ter uma visão ampla de como funciona a contabilidade dentro desses modelos de entidades sociais. Para a estruturação deste estudo foi realizada uma pesquisa pelo método indutivo, o nível de pesquisa descritiva, o delineamento foi estudo de campo, o instrumento de coleta de dados foi à entrevista que foi realizada com a responsável pelo setor contábil, observação e análise de documentos da cooperativa observada. A amostra foi Cooperativa Central Aurora Alimentos (FACH II – Frigorífico Aurora Chapecó II).

Palavras-chave: Agroindústria. Cooperativa. Suínos.

1 INTRODUÇÃO

As cooperativas dentro sistema econômico do país são responsáveis pelo desenvolvimento sustentável, social e econômico, pois oferecem uma forma alternativa de empresa social, onde se preocupam com os cooperados dentro da sociedade em que está inserida (VEIGA, 2004). Dentro da economia brasileira, o cooperativismo agroindustrial é um dos maiores fatores que a impulsionam, ampliando o desenvolvimento da mesma, tanto na forma gerencial dentro das entidades, quanto nas tecnologias utilizadas dentro da indústria (BIRCK; URIBEOPAZO; GIMENES, 2009). O setor de cooperativas agroindustrial deve desenvolver uma gestão correta e para poder equiparar-se com qualidade e competência no mercado econômico. Assim para que isso aconteça ter uma boa gestão no negócio é indispensável juntamente com o auxílio de uma contabilidade, que irá lhe fornecer todas as informações necessárias por meio de relatórios a serem analisados e assessorar nas tomadas de decisões (ZDANOWICZ, 2014).

¹Atividade Corporativa desenvolvida no curso Ciências Contábeis da UCEFF.

²Acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da UCEFF. E-mail: brunaamaciel015@gmail.com; cwisoski@gmail.com; tainapereira84@gmail.com.

³ Orientadores da atividade desenvolvida ao longo do semestre de 2017/1. Docentes da UCEFF.

A contabilidade como ciência tem o objetivo de estudar e interpretar os fatos gerados dentro do patrimônio de uma empresa, a fim de levar essas informações aos gestores e administradores para que se possa ter uma visão econômica e financeira de seu negócio, ajudando-lhes a tomar as decisões necessárias dentro da organização (IUDÍCIBUS, 2000).

Dentro desses modelos de entidades a contabilidade foca nos impactos econômicos, ambientais e sociais da organização para melhor lhe fornecer as informações que lhe for exigida traduzindo elas de forma uniforme, por meio de seus relatórios ou das demonstrações contábeis (SANTOS, 2012). Estas normas vêm para estabelecer critérios e métodos específicos de como classificar e registrar os tipos de fatos que a contabilidade gera dentro do patrimônio de uma entidade, pois geralmente seus atos cooperativos são classificados como prestação de serviços aos seus associados, e classificando o restante da composição de seu patrimônio (POLONIO, 2001).

Diante do exposto apresenta-se a questão problema do estudo: **Como se dá a constituição de uma sociedade cooperativa no setor de agroindustrial?** O objetivo do estudo foi constituir uma sociedade cooperativa no setor agroindustrial para ter uma visão ampla de como funciona a contabilidade dentro desses modelos de entidades sociais.

O estudo justifica-se pela importância da contabilidade dentro das cooperativas agroindustrial e como a contabilidade se desenvolve dentro desse modelo de organização, em razão ter grande influência no auxílio da tomada de decisão dos gestores ou administradores do negócio. Assim com a forma que a contabilidade contribui no econômico e financeiro da cooperativa dá-se pelas suas normas específicas direcionada a forma de distribuição dos fatos dentro do patrimônio, ajudar a identificar os tipos de contas e como se faz a distribuição dos lucros adquiridos ao associado. O estudo presente auxilia os acadêmicos por meio de conhecimentos adquiridos com o apoio dos autores e pesquisas bibliográficas, informações retiradas de portais e sites oficiais sobre o tema apresentado, ocasionando discussões referentes ao tema estudado.

2 AMBIENTE DE ESTUDO

Em relação ao negócio econômico brasileiro, as cooperativas agroindustriais cresceram consideravelmente nos últimos anos, sendo um dos principais e maiores empreendimentos que elevam a economia do país (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2015). Conceitualmente, cooperativas são organizações que agem trabalhando conjuntamente com

seus associados, e fortalecem o cooperativismo, por meio das estruturas locais ou internacionais (CRUZIO, 2003).

Santa Catarina é tradicionalmente ligada às agroindústrias que se situam na região oeste do estado, tendo como sua principal produção a carne suína, sendo uma das maiores exportadoras dessas *commodities* da América Latina. A base econômica dessa região está ligada diretamente a agricultura familiar, que se desenvolve por meio da integração dessas delas as cooperativas (ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE SUÍNOS, 2017).

Em números, a fonte de proteína animal mais consumido no mundo é a carne suína. No país, a região Sul se sobressai por conter os maiores produtores de suínos, e grandes agroindústrias. Em constante expansão, esta atividade é responsável por grande parte da economia e geração de empregos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL, 2017). O maior estado exportador de carne suína do Brasil, em 2016, Santa Catarina obteve um índice de exportações atingiu 274,1 mil toneladas, em comparação ao percentual adquirido no ano de 2015, houve acréscimo de 43,47%. Foi responsável por 38% das exportações de carne suína no país, ganhando um total US\$ 555,2 milhões no último ano. Santa Catarina deseja aprimorar ligações com os demais, que competem nesse ramo, internacionalmente (SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 2017).

A carne suína exportada em 2016, que foi produzida no estado de Santa Catarina, teve como principais destinos a China, Hong Kong e a Rússia, que arcaram com 67,2% das exportações. Entre 2015 e 2016, houve um aumento significativo nas vendas para China, de 3,5 mil toneladas para mais de 63,7 toneladas, tornando assim a China o segundo maior comprador da carne suína de Santa Catarina (SUINOCULTURA INDUSTRIAL, 2017).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por meio das buscas para ter um embasamento teórico ao presente estudo, este tópico foi desenvolvido com a finalidade de mostrar como se constitui uma cooperativa agroindustrial com o auxílio da contabilidade intermediária, contabilidade aplicada ao setor de cooperativas e ao setor agroindustrial, a perícia contábil e também a legislação social e trabalhista.

3.1 CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA

Todos os fatos administrativos de uma empresa são consequência da administração de seu patrimônio, estes devem ser registrados, de acordo com um processo denominado de escrituração contábil. São consideradas como fatos administrativos, informações que são contabilizados e podem alterar o resultado líquido do patrimônio (RIBEIRO, 2002).

Nos livros de escrituração estão lançados os fatos administrativos. Segundo Ribeiro (2002, p. 79), “são muitos os livros utilizados pelas entidades; a quantidade e a espécie variam em função do porte, da forma jurídica e do ramo de atividade que essas entidades exercem”. Os livros podem ser classificados, pela sua utilidade como principais e auxiliares, no que se refere a sua natureza dividem – se em cronológicos e sistemáticos quanto à finalidade: obrigatórios e facultativo (RIBEIRO, 2002).

A escrituração foi desenvolvida conforme a necessidade dos administradores das entidades, e as mesmas foram evoluindo conforme os avanços tecnológicos e as suas precisões para com os registros contábeis (DANTAS, 2015).

3.2 CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR DE COOPERATIVAS

A primeira cooperativa surgiu em 1844, formada por 28 operários tecelões na França, liderados por Charles Howard, com o intuito de obter vantagens sobre determinadas atividades econômica e principalmente zelar pelo bem-estar social dos seus cooperados na sociedade em que eles viviam (SICCOOB, 2017).

Segundo Polônio (2001, p. 26):

O movimento cooperativista teve início na Inglaterra, no século XIV, com a intensificação da luta dos trabalhadores, durante o movimento cartista, em pleno regime de economia liberal. Foi assim, que no ano de 1844, em meio à Revolução Industrial, 28 tecelões do bairro de Rochdale, Manchester, Inglaterra, criaram a primeira cooperativa. As normas fundamentais baseadas no Estatuto de Rochdale são utilizadas até os dias de hoje no sistema cooperativista.

Em 1907 as entidades cooperativas agropecuárias surgiram no Brasil. Este ramo agrupa cooperativas dos produtores rurais com os aspectos da comercialização dos produtos, armazenamento e industrialização. A partir deste surgimento o ramo se desenvolveu significativamente por sua participação considerável no PIB nacional e ser uma das atividades essenciais do setor (SANTOS, 2012).

O método da industrialização na agricultura foi relacionado ao mercado com grandes características oligopolísticas e foi esse processo que integrou a agropecuária e indústria como

conjunto de econômico e político que envolvia a produção. Para Müller (1982, p. 48): “o conjunto de processos técnico-econômicos, sócio-políticos, que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros correspondentes”.

Diferente dos outros modelos de sociedades comerciais, as cooperativas são redigidas a partir da Legislação específica da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Esta legislação reúne princípios e características que orientam as cooperativas dentro de seus setores. A forma de tributação dessas entidades é constituída por meio de norma e princípios, que deve ser beneficiado para o crescimento e o desenvolvimento das cooperativas, já que a mesma não tem o lucro como seu principal objetivo (BRAGA, 2002).

De acordo com o art. 3º da lei 5.764/71, “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro” (BRASIL, 1971). Segundo Carvalho (2011, p. 112) “a contabilidade de uma cooperativa deve se responsabilizar em desenvolver um sistema de informação seguro, que irá apresentar em forma de relatórios os dados coletados”.

3.3 PERÍCIA CONTÁBIL

Confundida com a origem do direito, a perícia originou-se nos tempos remotos da humanidade, obviamente não era tão complexa, mas seu princípio básico de examinar julgando a situação, coisas ou fatos já se destacava na sociedade (ALBERTO, 2009).

A perícia contábil para Ornelas (2009, p.33) “[...] é uma das provas técnicas à disposição das pessoas naturais ou jurídicas e serve como meio de prova de determinados fatos contábeis ou de questões contábeis controvertidas”.

Se o objeto principal da contabilidade é o patrimônio, logicamente a perícia será de natureza contábil quando envolver questões relacionadas ao patrimônio, “sempre que recair sobre elementos objetivos, constitutivos, prospectivos ou externos, do patrimônio de quaisquer entidades, seja elas físicas jurídicas formalizadas ou não, estatais ou privadas, de política ou de governo (ALBERTO, 2009, p.31).

Portanto o objeto principal da perícia contábil é a verificação de fatos e questões contábeis, onde o perito deve adotar procedimentos minuciosos e eficientes, para que assim possa atingir a finalidade para a qual a perícia foi determinada. O determinante da espécie de

perícia a ser utilizada vai depender do ambiente onde irá atuar, pode ser ela a perícia judicial, semijudicial, extrajudicial, estatal ou a perícia arbitral (ORNELAS, 2009).

Há duas normas brasileiras que tratam da perícia contábil a NBC T 13 da resolução CFC 858/99 que determina regras e procedimentos a serem observados pelo profissional na construção da perícia, sendo ela no âmbito judicial, extrajudicial, ou arbitral, através do esclarecimento de aspectos e dos fatos do litígio mediante de exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação ou certificação (CFC, 2011).

Já a NBC P 2 da resolução CFC 857/99 trata das características do profissional contador na atuação de perito especificamente de suas responsabilidades, competências, ética, zelo, habilitação profissional, situações que o impossibilitam de realizar o trabalho e também questões de honorários. Sendo que é de suma importância para o profissional ter profundo conhecimento de todos os aspectos que envolvem sua função (CFC, 2011).

Muitos casos de pericias têm por objetivo detectar fraudes, porém há uma distinção entre fraude e erro. A fraude é algo planejado, proposital visando proveitos, já o erro é uma ação involuntária sem o propósito de causar danos. Assim perito terá de analisar ruidosamente todos os dados e informações do patrimônio para poder identificar e provar o ocorrido, mostrando seu amplo conhecimento (SÁ, 2011).

3.4 CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR AGROINDUSTRIAL

A contabilidade é uma ferramenta importante para todo tipo de negócio, pois fornece a maioria das informações que são necessárias para as decisões e de como se deve investir e manter um negócio em andamento. Para Sá (2002, p. 46) “a contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamento dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

Segundo Crepaldi (2004, p.14), “a contabilidade geral surgiu, justamente, pela necessidade de se ter um controle maior sobre os valores a serem atribuídos aos estoques de produtos na indústria e, também, pela necessidade de tomar decisões quanto ao que, como e quando produzir”.

No Brasil a contabilidade rural é muito pouco utilizada, mas muito importante, pois por meio da sua capacidade de fornecer as informações de forma clara e objetiva dos eventos que acontecem dentro do patrimônio da empresa, pode trazer o suporte necessário para compor a excelência na competitividade no mercado levando o aumento da lucratividade da empresa

rural (CREPALDI, 2004). Uma empresa rural é um modelo de entidade que expande sua capacidade produtiva através do cultivo no solo, criação de animais e transformação de determinados produtos agrícolas (MARION, 2005).

Dentro do agronegócio a contabilidade funciona de forma diferente da contabilidade de empresas societárias. De acordo com Camargo (2004, p.2): “Com a concorrência acirrada, e a busca por melhores produtos surge à necessidade de uma contabilidade diferenciada para a atividade rural, que desenvolva informações concretas para que o empresário rural consiga distinguir em sua propriedade o real desempenho de seu negócio”.

Por esse e outros vários motivos a contabilidade está sendo uma peça importante dentro das agroindústrias e empresas rurais, porque é através dela que os gestores conseguiram ter um controle e ter a capacidade de projetar o seu negócio (CREPALDI, 2004).

3.5 LEGISLAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

As revoltas sociais principalmente após a revolução industrial foram percussoras para o surgimento do direito do trabalho. É época onde homens, mulheres e crianças estavam vivendo em condições extremamente precárias, trabalhando incessantemente e muitos sendo explorados (SOUSA, 2012).

O direito do trabalho segundo Schwarz (2007, p.01) “Corresponde ao conjunto de normas e princípios jurídicos que regem os vínculos fático-jurídicos que se estabelecem entre trabalhadores e empregadores, disciplinando as correspondentes relações de trabalho”. Ou seja, responsável por regular as relações de trabalho. Já para Ali (2001, p.22) “É a ciência que disciplina as questões que surgem das relações entre empregados e empregadores, resguardando os princípios basilares que o fizeram surgir, especialmente o da proteção”.

A relação do trabalho se dá origem a partir de uma prestação de trabalho subordinado, independente do ato ou causa inicial, corresponde ao vínculo jurídico entre trabalhador e empregador integrado pelos princípios normas do direito do trabalho e demais normas complementares (SCHWARZ, 2007). O responsável por contratar, liderar e remunerar seus empregados de acordo com seus serviços e funções dentro de sua entidade ou conforme seu contrato estabelece, é o empregador. Já o empregado “é a pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob sua dependência, mediante o pagamento do salário (art. 3º)” (FUHRER, 2007, p.46).

Quanto à identidade profissional “A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada” (CLT, 1969 art.13). Segundo o artigo 41 da CLT também é obrigatório que em qualquer atividade o empregador possua o registro dos respectivos trabalhadores podendo ser em livros, fichas ou sistema eletrônico, sendo que este deve conter informações atualizadas e autênticas (CLT, 1969).

Dentre os direitos estabelecidos, todo funcionário depois de trabalhados 12 meses tem direito a férias. Sendo que esse não pode acarretar prejuízo à remuneração do trabalhador. E é um período deve ser contabilizado como tempo de serviço. O prazo normalmente é de 30 dias com exceções de casos com faltas não justificadas, que podem diminuir a quantidade de dias, entre outras regras (CLT, 1969).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo do estudo foi verificar como se dá a constituição de uma cooperativa agroindustrial. Assim para compreender este estudo este tópico demonstra o tipo de metodologia que foi aplicada na pesquisa.

O método da pesquisa realizada foi o indutivo. Lakatos e Marconi (1991, p. 86-92) definem “indução como um método científico através do qual, partindo de dados particulares, infere-se uma verdade geral ou universal, ou seja, o conteúdo das conclusões prováveis é mais amplo do que o conteúdo das premissas de partida”.

O nível de pesquisa aplicado a esse estudo classifica-se como descritiva. A pesquisa descritiva tem como características de um fato ou fenômeno sua análise, que compreendem através de entrevistas, questionários e observação, ela é utilizada para descrever características, estimar, descobrir ou verificar determinadas situações (MATTAR, 2012).

O instrumento de coleta de dados foi à entrevista, observação e análise de documentos. Essas informações foram disponibilizadas por um dos responsáveis pelo departamento contábil do Frigorífico Aurora Chapecó II (a unidade FACH II) localizada na cidade de Chapecó – SC, por meio de uma entrevista, no mês de março de 2017. Sendo essa cooperativa o modelo de amostra para o desenvolvimento do estudo de forma quantitativa, se preocupando em coletar dados reais da empresa, para atingir o resultado da população de interesse.

O delineamento da pesquisa foi o estudo de campo que tem como sua principal característica observar os fatos e fenômenos que ocorrem em tempo real e consiste em explicar o problema ou questão pesquisada. De acordo com Neto (2005) o estudo de campo pode ser desenvolvido considerando o método do estudo de caso, as técnicas de abordagem, observações controladas, entrevistas, aplicação de formulário, questionário, testes e escala seguido de operações e análises estatística. A população alvo desta pesquisa foi do segmento agroindustrial no setor de produção e venda de carnes de suínos.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O objetivo do estudo foi verificar como se dá a constituição de uma cooperativa agroindustrial. Para atender o objetivo do estudo, este tópico apresenta a análise e interpretação dos dados que inicia apresentando às características da empresa observada e na sequência os resultados dentro do período.

5.1. ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA OBSERVADA

A empresa observada foi o Frigorífico Aurora Chapecó II (a unidade FACH II), da Cooperativa Central Aurora Alimentos, que atua há vários anos industrializando produtos a partir da sua principal matéria prima: os suínos. A unidade possui 1.785 empregados, incluindo os aprendizes. A formulação dos produtos é desenvolvida dentro da própria unidade. A princípio a cooperativa teve início pensando na qualidade de vida do produtor rural e querendo um espaço no mercado de trabalho, e hoje já é considerada referência como cooperativa no mercado. Segue a tributação específica na legislação para sociedades cooperativas. A Aurora tem seu resultado anualmente publicado no próprio site.

5.2. CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

A Cooperativa de suinocultura COOPERPIG Alimentos LTDA, constituída no dia 01 de janeiro 2017, localizada na Avenida Atílio Fontana, no bairro Efapi em Chapecó – Santa Catarina, cadastrada no CNPJ: 93.206.235/0001-18, sob inscrição estadual 254.887.125.

Constituída por 20 cooperados, tendo contribuição de cada um no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil), dirigida pelo Presidente Alesson da Silva e seu vice-

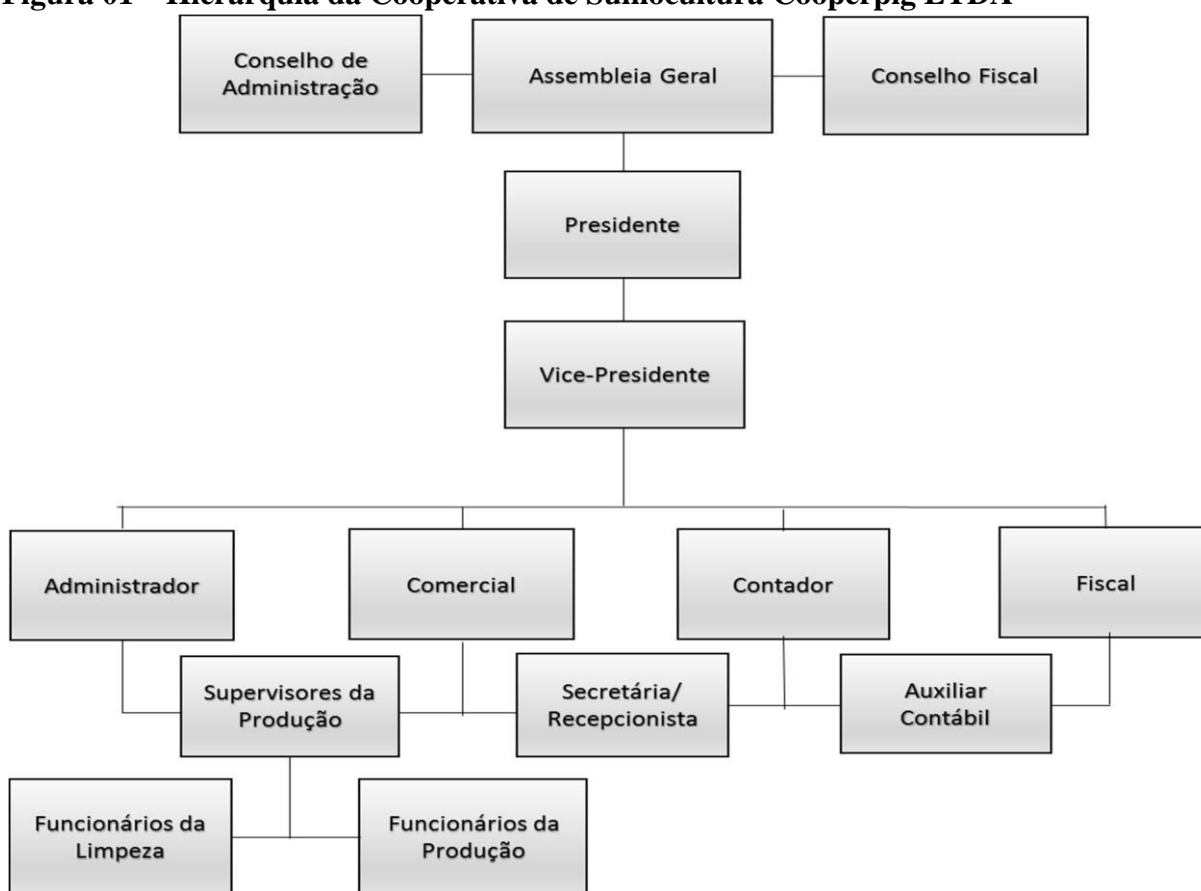
presidente Cristian Masseti. Esta cooperativa foi fundada com o intuito de atender a maior demanda do oeste catarinense referente a suinocultura da região e também melhorar a vida dos associados que contribuem com a cooperativa e na sociedade em que estão inseridas.

A COOPERPIG Alimentos LTDA visa à sustentabilidade do meio ambiente em que ela está localizada e também de seus cooperados, levando mais qualidade nos alimentos que por ela são fabricados e comercializados.

5.3. ORGANOGRAMA DE CARGOS DA COOPERATIVA

O organograma apresentado na Figura 1, descreve os cargos existentes na cooperativa, composta por 11 níveis de cargos, e 67 funcionários no total, isso permite a análise organizacional da cooperativa, facilitando a distribuição de cargos e demonstrando como funciona a hierarquia dentro da mesma.

Figura 01 – Hierarquia da Cooperativa de Suinocultura Cooperpig LTDA



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na Figura 01 apresenta qual é a quantidade de funcionários existentes e qual o valor de seus salários dentro da cooperativa. No organograma estão detalhados todos os cargos, desde aqueles da produção até os setores administrativo-financeiros da cooperativa. Isso auxilia na visualização dos empregados que estão ativos trabalhando dentro da organização, como uma visão geral de todos os departamentos. Já, por meio da Tabela 01 verifica-se os cargos e salários da cooperativa.

Tabela 01 – Cargos e Salários

Quantidade	Cargo	Salário	Total
10	Limpeza	1.200,00	12.000,00
40	Produção Geral	1.350,00	54.000,00
3	Supervisores de Produção (miúdos/carnes/linguiça)	1.550,00	4.650,00
2	Secretaria/Recepcionista	1.245,00	2.490,00
2	Administrador	3.200,00	6.400,00
3	Comercial	1.600,00	4.800,00
3	Fiscal	1.800,00	5.400,00
1	Auxiliar contábil	1.450,00	1.450,00
1	Contador	4.000,00	4.000,00
1	Vice-Presidente	3.200,00	3.200,00
1	Presidente	5.100,00	5.100,00
Total 67			Total 103.490,00

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa-se existem no total 67 funcionários com uma despesa mensal no valor de 103.490,00. Os funcionários da limpeza são responsáveis pela limpeza do frigorífico na produção e da parte administrativa da cooperativa, num total de 10 funcionários. Já na produção há uma quantidade de 40 funcionários que são responsáveis pelo abate, limpeza, corte das carnes e fabricação dos embutidos, tendo 3 supervisores responsáveis pelo setor.

Na parte administrativa, tem uma secretária e 01 recepcionista para atendimento dos cooperados, tanto dos que trabalham na cooperativa, quanto os que colaboram nos criadouros de suínos. O setor financeiro e administrativo, contam com 02 administradores, 03 pessoas que cuidam do departamento comercial, 03 no fiscal, 01 auxiliar contábil, 01 contador 01 vice-presidente e p presidente responsável pelo gerenciamento da cooperativa.

5.4 LEVATAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS

Um dos principais objetivos de uma empresa ao iniciar um negócio é obtenção de lucro, já nas cooperativas agrícolas é escoar da melhor maneira possível à atividade agrícola, e por sua vez o produtor rural obter lucro e outros benefícios dentro do seu setor. Com a produção agrícola, vários produtores conseguem fazer grandes negócios vendendo sua matéria-prima para as cooperativas, negócios que talvez individualmente a maioria dos produtores não conseguisse fazer.

Para trazer um suporte maior aos produtores à cooperativa tem que manter despesas durante o período das quais algumas faz parte do custo dos produtos industrializados por ela, assim ela tem que dispor de uma capital de giro para bancar todas as despesas do período.

As despesas são gastos necessários para manter a produção e obter receita na cooperativa, além de algumas fazerem parte do custo do produto, pois agem diretamente na transformação dele. Elas podem ser classificadas como fixas ou variáveis, sendo as fixas que não dependem do valor ou volume vendido, já as variáveis dependem do valor ou volume vendido. Na tabela 02 descreve quais foram os investimentos inicial disposto no balanço para início das atividades dentro da Cooperativa de Suinocultura Cooperpig Alimentos LTDA.

Tabela 02 – Investimento Inicial

Investimento Inicial	Em
Caixa	50.000,00
Banco	300.000,00
Materiais de Expediente	18.000,00
Almoxarifado	32.000,00
Frigorífico	220.000,00
Terreno	350.000,00
Máquinas e Equipamentos (Produção)	400.000,00
Equipamentos de Informática	15.000,00
Veículos	40.000,00
Móveis	18.000,00
Software	12.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Para constituição da cooperativa 20 pessoas integralizaram 45.000,00 (quarenta e cinco mil) cada um, deixando este valor a disposição dos cooperados para investimento na compra do terreno e de um imóvel. O restante do valor foi investido em máquinas e equipamentos para produção. O restante foi necessário a obtenção de um empréstimo que foi destinado para compra de matérias de expediente, embalagens e outros produtos deixados no almoxarifado para utilização na produção e nos outros departamentos, equipamentos de informática para os setores administrativo/financeiro, veículos, móveis e software.

Na Tabela 03, demonstra o sistema de amortização SAC, que mostra como é calculada as parcelas juntamente com os juros cobrados em cima do empréstimo. Sendo ele calculado por uma taxa de juros mensal, sofrendo um ajuste na parcela todo mês até a quitação da dívida com o banco. O Sistema de Amortização Constante (SAC) é o sistema de amortização que os valores das parcelas vão decrescendo, ele é bastante utilizado em financiamento de imóveis. Para financiamentos/empréstimos em longo prazo, geralmente é realizado a correção monetária baseada da Taxa Referencial (TR) que tem o intuito de compensar o efeito da inflação que ocorre no país.

Tabela 03 – Sistema de Amortização SAC

Período	Capital	Amortização	Saldo Devedor	Juros	Parcela
0	408.000,00	17.000,00	408.000,00		
1		17.000,00	391.000,00	2.720,14	19.720,14
2		17.000,00	374.000,00	2.606,80	19.606,80
3		17.000,00	357.000,00	2.493,46	19.493,46
4		17.000,00	340.000,00	2.380,12	19.380,12
5		17.000,00	323.000,00	2.266,78	19.266,78
6		17.000,00	306.000,00	2.153,44	19.153,44
7		17.000,00	289.000,00	2.040,10	19.040,10
8		17.000,00	272.000,00	1.926,76	18.926,76
9		17.000,00	255.000,00	1.813,42	18.813,42
10		17.000,00	238.000,00	1.700,09	18.700,09
11		17.000,00	221.000,00	1.586,75	18.586,75
12		17.000,00	204.000,00	1.473,41	18.473,41
13		17.000,00	187.000,00	1.360,07	18.360,07
14		17.000,00	170.000,00	1.246,73	18.246,73

15		17.000,00	153.000,00	1.133,39	18.133,39
16		17.000,00	136.000,00	1.020,05	18.020,05
17		17.000,00	119.000,00	906,71	17.906,71
18		17.000,00	102.000,00	793,37	17.793,37
19		17.000,00	85.000,00	680,03	17.680,03
20		17.000,00	68.000,00	566,70	17.566,70
21		17.000,00	51.000,00	453,36	17.453,36
22		17.000,00	34.000,00	340,02	17.340,02
23		17.000,00	17.000,00	226,68	17.226,68
24		17.000,00	-	113,34	17.113,34

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O empréstimo foi adquirido no Banco do Brasil no valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), com uma taxa de 8% ao ano, com um prazo de 24 meses para quitar a dívida, gerando um total de juros no valor de R\$ 34.001,70 (trinta e quatro mil com um real e setenta centavos), calculando um total da dívida de R\$ 442.001,70 (quatrocentos e quarenta e dois mil com um real e setenta centavos).

5.5 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

Neste tópico será demonstrado o balanço inicial, a demonstração de resultado no período de 01 (um) mês, e o balanço final, descrevendo como foram realizadas as distribuições de rates, reserva legal e o valor que ficou disponível para os cooperados da cooperativa. Para atender o objetivo do estudo este tópico apresenta o balanço inicial da empresa que foi realizado no dia 1 de janeiro de 2017 onde está detalhado todos as aplicações de recursos e todas as origens de recursos. Também está detalhado o último balanço patrimonial contabilizado no dia 31 de janeiro de 2017 e a demonstração de resultado do exercício (DRE) feita também no dia 31 de janeiro de 2017.

5.5.1 Balanço patrimonial inicial

A Tabela 04 retrata a apresentação do primeiro balanço registrado na Cooperativa de Suinocultura Cooperpig Alimentos LTDA, realizado no dia 01 de janeiro de 2017, este balanço demonstra todos os bens, direitos e obrigações da cooperativa.

Tabela 04 - Balanço Patrimonial Inicial

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
DISPONÍVEL	350.000,00	FORNECEDORES	147.000,00
Caixa	50.000,00	Fornecedores Diversos	147.000,00
Bancos Conta Movimento	300.000,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	204.000,00
ESTOQUES	50.000,00	Empréstimos	204.000,00
Materiais de Expediente	18.000,00	NÃO CIRCULANTE	
Almoxarifado	32.000,00	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	204.000,00
NÃO CIRCULANTE		Empréstimos e Financiamentos	204.000,00
IMOBILIZADO	1.043.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Frigorífico	220.000,00	CAPITAL SOCIAL	900.000,00
Terreno	350.000,00	Capital Social	900.000,00
Máquinas e Equipamentos (Produção)	400.000,00		
Equipamentos de Informática	15.000,00		
Veículos	40.000,00		
Móveis	18.000,00		
INTANGÍVEL	12.000,00		
Software	12.000,00		
TOTAL DO ATIVO	1.455.000,00	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.455.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Por meio da Tabela 04 o total disposto pelos cooperados associados foi no valor total de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) em dinheiro, sendo que este valor foi efetuado a compra do terreno no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta reais) e do frigorífico no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), totalizando um valor de R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais), o restante do valor disposto pelos cooperados foi realizado a compra de 02 veículos no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada, deixado para utilização nos setores administrativos e financeiros da cooperativa e também efetuado a compra de móveis e software para melhor gerenciamento da produção e melhor administração do negócio, informatizando toda a cooperativa.

Foram deixadas R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em caixa para efetuais despesas incorridas durante o período e R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) deixados na conta corrente do banco para pagamento e compra de matéria prima para produção, junto com R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) deixado também em conta corrente adquirido através do empréstimo. Do valor total do empréstimo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) foi comprado estoque, sendo que R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para material de expediente e R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) comprado embalagens e outros produtos que foram utilizados na produção, deixados no almoxarifado. Das obrigações, R\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais) eram com fornecedores e R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais) adquiridos em empréstimo.

5.5.2 Folha de pagamento

Na Tabela 05 demonstra a folha de pagamento de um do funcionário Gabriel Henrique Silva que trabalha tem o cargo de administrador na cooperativa. Na folha está todos os dados e cálculos que são efetuados dentro dela, calculando suas horas extras e os descansos semanais remunerados e descontos, como, INSS e IRRF.

Tabela 05 – Folha de pagamento

046 - Cooperativa de suinocultura COOPERPIG Alimentos LTDA Avenida Atílio Fontana, 900D - Efapi Chapecó - SC			Recibo Pagamento de Salário (Recibo Empregador) jan/17 Administrador		
CNPJ: 93.206.235/0001-18					
Matricula 60	Nome Gabriel Henrique Silva	CBO 413110	Empr. Centro 1 2	CustoDepto 345	FL.
Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos	
2	Salário	30	3.200,00	354,41	
3	DSR	5	3,54	483,29	
9	H.Extra 50%	02:00	18,41		
161	INSS	11			
169	IRRF	15			
Banco do Brasil AG: 325-6 C/S: 115842-0 em 01/01			Total de vencimentos 3.221,95	Total de descontos 837,71	
			Total liquido	2.384,24	
Salário Base	Sal. Contrib. INSS	Base Calc. FGTS	FGTS do Mês	Base IRRFFaixa IRRF	Dep. IRRF
3.200,00	3.221,95	3.221,95	257,76	2.867,54 5	3

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Tabela 05 apresenta as horas extras com porcentagem de 50%, os dias de DSR que foram de 5 dias úteis, incluído 4 domingos e 1 feriado. Também os descontos de INSS de 8% sobre o salário e mais as horas extras de 50% e o DSR, que resultou no valor de R\$ 354,41 e o imposto de renda retido na fonte de 15% com a mesa base de cálculo do INSS, que resultou no valor de R\$ 483,29. O valor total dos descontos foi de R\$ 837,71, e dos acréscimos de R\$ 21,95, totalizando um salário líquido de no valor de R\$ 2384,24 para o funcionário.

5.5.3 DRE, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS

Na Tabela 06 está o demonstrativo de resultado do exercício (DRE) da cooperativa Cooperpig, no período de 31 janeiro de 2017. Nesta tabela esta detalhada todo os dispêndios e despesas que a cooperativa teve no período em que foi feito realizado a contabilização.

A DRE nada mais é que um relatório contábil que é utilizado dentro das entidades para ter se uma visualização das suas despesas ou dispêndios que ocorreram dentro de um determinado período. De acordo com Iudícibus (2010, p.194) “A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo) ”.

Com a falta dessas informações um administrador ou diretor não terá noção de como está a saúde financeira da empresa ou cooperativa. As demonstrações de resultado de uma cooperativa devem ser divulgadas, obedecendo às disposições da NBC T 6, aprovada pela resolução do CFC nº 737/92 aplicadas as Entidades Empresariais. Conforme a NBC T 10.8.7.2: - o contexto operacional da Entidade Cooperativa, onde deverá descrever através de notas explicativas, quais as atividades desenvolvidas, número e tipo de ações/quotas, percentual de participação no capital, valor do Patrimônio Líquido, estes entre outros dispostos dentro da lei. Já a Tabela 06 traz a demonstração de Resultado do Exercício.

Tabela 06 – Demonstração de Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			Em R\$
	Ato Cooperativo Ingressos/Dispêndios Sobras/Perdas	Receita/Despesas Lucro/Prejuízo	

Ingressos e Receita Bruta de Vendas	336.000,00	144.000,00	480.000,00
Ingressos/Receitas de vendas Mercado Interno	336.000,00	144.000,00	480.000,00
Impostos Incidentes sobre as Vendas	(71.400,00)	(30.600,00)	(102.000,00)
ICMS	(40.320,00)	(17.280,00)	(57.600,00)
PIS	(5.544,00)	(2.376,00)	(7.920,00)
COFINS	(25.536,00)	(10.944,00)	(36.480,00)
(=) ingressos e receita líquida de vendas	264.600,00	113.400,00	378.000,00
(-) Dispendios e Custo dos Produtos Vendidos	(89.021,33)	(38.152,00)	(127.173,33)
(=) SOBRA E LUCRO BRUTO	175.578,67	75.248,00	250.826,67
(-) Dispendios e Despesas Operacionais	(131.271,52)	(56.259,22)	(187.530,75)
(=) sobras ou perdas e resultado operacional	44.307,15	18.988,78	63.295,92
(=) sobras ou perdas e resultado antes do ir e csll e reservas	44.307,15	18.988,78	63.295,92
(-) IR e CSLL a Pagar	-	(4.557,31)	(4.557,31)
(-) IR 15%	-	(2.848,32)	(2.848,32)
(-) CSLL 9%	-	(1.708,99)	(1.708,99)
(=) SOBRAS OU PERDAS E RESULTADO DO EXERCÍCIO	44.307,15	14.431,47	58.738,62
(-) Reserva Rates 50%	(22.153,57)	(14.431,47)	(29.369,31)
(-) Reserva Legal 10%	(4.430,71)	-	(5.873,86)
(-) Distribuição de Lucros Cooperados 40%	(17.722,86)	-	(23.495,45)
(=) SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Observa-se, que na Tabela 06, foi apurada Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), para os atos cooperados e não cooperados, realizada em janeiro de 2017 da cooperativa Cooperpig. A cooperativa obteve uma receita bruta de R\$ 480.000,00, onde foi deduzido um valor de R\$ 102.000,00 para o pagamento dos impostos, como, ICMS, Pis e COFINS. Foi descontado também, o custo de produtos vendidos no valor de R\$ 127.173,33, durante o mês de janeiro, totalizando uma sobra e lucro bruto no valor de R\$ 250.826,26, sendo que 70% deste valor são de atos cooperados e 30% de atos não cooperados.

Nas despesas e dispêndios operacionais gerou uma dedução no valor de R\$ 187.530,75, sendo que R\$ 131.271,52 são de atos cooperados e R\$ 54.259,22 de atos não cooperados. O imposto de renda e contribuição social deduziu um valor de R\$ 4.557,31 dos atos não cooperados, resultando um valor de R\$ 58.738,62 antes da reserva legal e RATES. Depois de deduzido as porcentagens de reserva legal que é de 10% e 50% para RATES, ficou R\$ 17.722,86 à disposição dos cooperados.

5.5.4 Balanço patrimonial final

A Tabela 07 representa o balanço patrimonial final da Cooperpig, este balanço patrimonial foi realizado no dia 31 de janeiro de 2017 e registro de todo o período desde janeiro. O levantamento do balanço patrimonial e a escrituração contábil, são obrigações de qualquer tipo de organização, independentemente de porte ou forma de constituição.

Tabela 07 – Balanço Patrimonial Final

Balanço Patrimonial Final			Em R\$
ATIVO		PASSIVO	
	2017		2017
CIRCULANTE	593.975,79	CIRCULANTE	571.898,36
<u>DISPONÍVEL</u>	<u>313.775,79</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>219.000,00</u>
Caixa	20.000,00	Fornecedores Diversos	117.000,00
Bancos Conta Movimento	293.775,79	Contas a Pagar	100.000,00
<u>CRÉDITOS</u>	<u>240.000,00</u>	Fretes	2.000,00
Cientes	240.000,00	<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>187.000,00</u>
<u>ESTOQUES</u>	<u>40.200,00</u>	Empréstimos	187.000,00
Almoxarifado	24.000,00	<u>Obrigações com Cooperados</u>	<u>48.320,00</u>
Material Expediente	16.200,00	Obrigações com Cooperados	34.320,00
		Obrigações com Não Cooperados	14.000,00
NÃO CIRCULANTE	1.140.661,19	<u>Obrigações Fiscais</u>	<u>73.440,00</u>
<u>IMOBILIZADO</u>	<u>1.043.000,00</u>	ICMS a recolher	41.472,00
Frigorífico	220.000,00	Pis a recolher	5.702,40

Terreno		COFINS a recolher	
	350.000,00		26.265,60
Máquinas e Equipamentos (Produção)	400.000,00	<u>Outras Obrigações</u>	<u>44.138,36</u>
Equipamentos de Informática	15.000,00	INSS a recolher	10.038,22
Veículos	40.000,00	Provisão 13º	8.624,17
Móveis	18.000,00	Provisão Férias	11.498,60
<u>INTANGÍVEL</u>	<u>112.000,00</u>	FGTS a recolher	9.420,07
Seguros	100.000,00	IRPJ a recolher	4.557,31
Software	12.000,00	NÃO CIRCULANTE	204.000,00
<u>(-) Depreciação Acumulada</u>	<u>(5.133,33)</u>	<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>	<u>204.000,00</u>
(-) Depr. Acum. Maq. Equip.	(3.333,33)	Empréstimo	204.000,00
(-) Depr. Acum. Veículos	(666,67)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>958.738,62</u>
(-) Depr. Acum. Equip. Informática	(250,00)	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>900.000,00</u>
(-) Depr. Acum. Móveis	(150,00)	Capital Social	900.000,00
(-) Depr. Acum. Frigorífico	(733,33)	<u>RESERVAS DE SOBRAS</u>	<u>41.015,76</u>
<u>(-) Amortização Acumulada</u>	<u>(9.205,48)</u>	Reserva Legal	4.430,71
(-) Amortização Acum. Seguros	(8.219,18)	RATES	36.585,04
(-) Amortização Acum. Software	(986,30)	<u>SOBRAS/PERDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO</u>	<u>17.722,86</u>
		Sobras à disposição dos cooperados	17.722,86
TOTAL DO ATIVO	1.734.636,98	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.734.636,98

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa – se através da Tabela 07, que ao final do exercício janeiro de 2017, os fatos contábeis acumulados no período registrado indicam que o valor do patrimônio da cooperativa é de R\$ 1.734.636,98 (um milhão setecentos e trinta e quatro mil seiscentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos). Deste montante total, as origens dos recursos foram os investimentos dos sócios, através das cotas, que totalizaram um valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), com mais R\$ 77.412,54 (setenta e sete mil quatrocentos e doze reais e cinquenta e quatro centavos) do lucro acumulado retirado da DRE do mesmo período.

Os recursos foram aplicados e distribuídos durante o ano, sendo que R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ficou registrado em caixa, R\$ 293.775,79 (duzentos e trinta e nove mil setecentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos), ficou guardado em banco. Foram

investidos R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em máquinas e equipamentos para a produção e para os estoques de material de expediente e almoxarifado foi investido um valor de R\$ 40.200,00 (quarenta mil e duzentos reais). Também, obteve um software no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). A depreciação acumulada totalizou um valor de R\$ 5.133,33 (cinco mil centos e trinta e três reais e trinta e três centavos), englobam – se neste valor as depreciações de máquinas e equipamentos, móveis, veículos e frigorífico e uma amortização do seguro e software no valor de R\$ 9.205,48.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O objetivo do estudo foi constituir uma sociedade cooperativa no setor agroindustrial para ter uma visão ampla de como funciona a contabilidade dentro desses modelos de entidades sociais. Para adquirir as informações necessárias foram realizadas pesquisas em sites, livros e uma entrevista no departamento contábil de uma cooperativa com a responsável pela contabilidade do FACH II (Frigorífico Aurora Chapecó II).

A partir das informações obtidas foi constituída uma cooperativa fictícia que é composta por vinte sócios. Utilizando um frigorífico de uma cooperativa agroindustrial, como modelo para a criação da fictícia, tendo como principal matéria prima suínos.

A cooperativa Constituída denominada COOPERPIG, iniciou suas atividades com um capital social de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). Ao final do mês de janeiro do Ano de 2017, foi adquirido um lucro de R\$ 77.412,54 (setenta e sete mil quatrocentos e doze reais e cinquenta e quatro centavos), conforme o demonstrativo anual.

Os resultados desta pesquisa comprovam a importância da legislação e da contabilidade para constituir e administrar uma cooperativa do setor agroindustrial, as quais formam grande parte da economia de nosso país, de forma que honre seus deveres e obrigações, e de maneira que obtenha - se sobras / lucro.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. 4º ed. São Paulo. Atlas, 2009.

ALI, Nadia Ahmad Omar. **Direito individual do trabalho**. 1º ed. Canoas. ULBRA, 2001.

ABPA. Associação brasileira de proteína animal. **O talento brasileiro para a suinocultura**. Disponível em: <http://abpa-br.com.br>. Acesso em março 2017.

ACCS. Associação catarinenses dos criadores de suínos. **Histórico das agroindústrias**. Disponível em: <http://www.accs.org.br>. Acessado em março 2017.

BIRCK, L. G.; URIBE-OPAZO, M. A.; GIMENES, R. M. T. **A inserção econômica da cooperativa agroindustrial e seus reflexos no desenvolvimento industrial dos municípios da região de Medianeira Estado do Paraná**. In: REDES, Santa Cruz do Sul, v. 14, n° 3, p. 75-105. Disponível em: <http://online.unisc.br>. Acessado em março de 2017.

BRAGA, Marcelo José, HL DORNELAS, and A. J. HOCAYEN-DA- SILVA. **A tributação incidente sobre as cooperativas de trabalho**. Revista Universidade Rural: Ciências Humanas, Rio de Janeiro 24.1-2 (2002): 1-10.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Dispõe sobre as Sociedades Cooperativas**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em: 14 de março de 2017.

CAMARGO, T. H. **Contabilidade: Fator de desenvolvimento do Agronegócio**. Egresso do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas ICE, 2004.

CARVALHO, Adriano Dias de. **O cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global**. São Paulo: Baraúna, 2011.

CFC (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE). Perícias contábeis. **Normas: NBC P 2 e NBC T 13**. Brasília, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Marketing social ético nas cooperativas**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

CLT. **Consolidação das leis do trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em abril 2017.

DANTAS, Inácio. **Contabilidade: introdução e intermediária**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

EPAGRI. Carnes – **Situação da suinocultura brasileira e catarinense**. Disponível em: <http://www.epagri.sc.gov.br>. Acesso em março 2017.

FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FUHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito do Trabalho**. ed.19. Malheiros Editores, 2007.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina deve participar do Salão Internacional de Avicultura e Suinocultura em São Paulo**. Disponível em: <http://www.sc.gov.br>. Acesso em março 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade. **Das Sociedades por Ações**. São Paulo. Atlas. 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MÜLLER, G. O. **Agricultura e industrialização do campo no Brasil**. Revista de Economia Política. São Paulo, 2(2):47-77, abril-junho de 1982a.

NETO, Manoel José de Miranda. **Pesquisa para planejamento**. 1º ed. –Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia contábil**. 4º ed. São Paulo. Atlas, 2009.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas**. 3. São Paulo: Atlas, 2001

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Cooperativa é alternativa para economia brasileira**. Disponível em:
<http://cooperativismodecredito.coop.br>. Acesso em março 2017.

RIBEIRO, Osni Moura; **Contabilidade Geral fácil**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SÁ, A. Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de Sá. **Perícia contábil**. 10º ed. São Paulo. Atlas, 2011.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. 2º ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

SICOOB. **Sistema de cooperativas de crédito do Brasil**. Disponível em:
<http://www.sicooobcecremef.com.br>. Acesso em março 2017.

SCHWARZ, Rodrigo García. **Direito do trabalho**. 1º ed. São Paulo. Atlas, 2007.

SOUSA, Otávio Augusto Reis de. **Direito do trabalho**. 1º ed. Curitiba PR. IESDE Brasil, 2012.

SUINOCULTURA INDUSTRIAL. Em Santa Catarina, **exportações de carne suína atingem maior índice da última década**. Disponível em:
<http://www.suinoculturaindustrial.com.br>. Acesso em março de 2017.

VEIGA, T. M. L. **Estratégias e Resultados com ênfase na Contabilidade Ambiental: Um Estudo de Caso na Empresa Beneficiadora de Arroz uma implementação do método GAIA**. Florianópolis, 2004, 54 p. Monografia (graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina. 2004.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Gestão financeira para cooperativas: enfoque contábil e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2014.